

Sentipensar o debate socioambiental: contribuições de Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda

Sense the socio-environmental debate: contributions from Carlos Rodrigues Brandão and Orlando Fals Borda

Pamela Cichoski * 

Hieda Maria Pagliosa Corona * 

Marlize Rubin-Oliveira * 

Resumo

O presente texto tem por objetivo sentipensar as contribuições da pesquisa-participante para/no debate socioambientais, tendo como ponto de partida as contribuições de Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda. Nesse exercício, buscamos identificar contribuições desses autores, respeitando diferenças e princípios fundamentais de suas práticas epistemológicas e ontológicas, no movimento de produção de conhecimentos. Assim, tomamos algumas de suas obras, como inspiração para a realização de nossa pesquisa, tendo em vista aspectos como participação, comunicação sistemática, relação sujeito-sujeito e compromisso político e social. Nesse sentido, percebemos alguns elementos de aproximação entre os autores, atentas às suas abordagens e concepções acerca do fazer ‘ciência’ com e para os sujeitos. Por fim, cabe destacar que apesar dos pontos de divergência identificados, podemos perceber um aspecto fundamental de convergência, sendo a produção de conhecimentos contextualizados, num ritmo de aproximação respeitosa entre universidade e comunidade-lugar. Assim, tanto na pesquisa participante quanto na Investigação-ação-participativa, percebe-se a construção de abordagens que são diferentes, mas não antagônicas, podendo estas serem, em alguns casos (singulares e contextualizadas), tomadas como complementares.

Palavras-chave: saberes; natureza; participação; comunicação.

Abstract

This text aims to reflect on the contributions of participant research to/in the socio-environmental debate, taking as a starting point the contributions of Carlos Rodrigues Brandão and Orlando Fals Borda. In this exercise, we seek to identify contributions from these authors, respecting differences and fundamental principles of their epistemological and ontological practices, in the movement of knowledge production. Thus, we took some of his works as inspiration for carrying out our research, taking into account aspects such

* Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Pato Branco, PR, Brasil.

E-mails: pamelacichoski@hotmail.com; hiedacorona@hotmail.com; marlize.rubin@gmail.com.

as participation, systematic communication, subject-subject relationship and political and social commitment. In this sense, we noticed some elements of rapprochement between the authors, attentive to their approaches and conceptions about doing 'science' with and for the subjects. Finally, it is worth highlighting that despite the points of divergence identified, we can perceive a fundamental aspect of convergence, being the production of contextualized knowledge, at a pace of respectful approximation between university and community-place. Thus, both in participatory research and in participatory action research, we can see the construction of approaches that are different, but not antagonistic, and in some cases (singular and contextualized), these can be taken as complementary.

Keywords: knowledge; nature; participation; communication.

Introdução

Pois é assim. Nascemos em algum lugar do Mundo: somos “de lá” ou somos “daqui mesmo”
(Brandão, 2005, p. 15)

A citação de Brandão (2005), nos chama para leituras e percepções do lugar, a partir da vida cotidiana, das relações socioambientais que se conforma na escala local, comunitária, sem desprender-se do todo 'global', enquanto sujeito que habita o mundo, e ao mesmo tempo está localizado, sendo pertencente e integrado à natureza, ao social, à comunidade. O que exige sentipensar os processos que tecem as relações sociedade-natureza.

O objetivo desse artigo é sentipensar contribuições da pesquisa-participante para/ no debate das questões socioambientais, tendo como ponto de partida alguns escritos de Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda. Cabe mencionar que mesmo, havendo diferenças de compreensão da pesquisa-participante entre Brandão e Fals Borda, as contribuições e aproximações entre ambos, nos auxiliam na direção da coprodução de conhecimentos contextualizados, voltados para às comunidades e seus saberes-fazer socioambientais.

Pensar as relações socioambientais tem se tornado um movimento necessário e urgente, frente às mudanças globais que impactam os modos de vida, os modos de produção, o consumo e principalmente a vida no planeta. O debate ambiental, tem sido reforçado em diferentes níveis e escalas sócio-geográficas, sendo atravessado por múltiplas significações e conceitos, que de alguma forma voltam-se para a sustentabilidade da vida (Leff, 2021). No entanto, aqui optamos por pensar tais relações a partir do lugar e dos sujeitos.

Nesse sentido, poderíamos pensar este artigo de muitas formas, dando ênfase para conceitos fundamentais da ciência geográfica, que de alguma forma auxiliam no debate, na análise e na reflexão sobre os impactos ambientais da vida moderna, sobre o planeta e distintas formas de vida. No entanto, optamos por entender o lugar e a comunidade, por meio da pesquisa-participante, tendo em Carlos Rodrigues Brandão a inspiração necessária para sentipensar as múltiplas dimensões do vivido, buscando a sustentabilidade da vida.

Cabe mencionar, que estamos entendendo o conceito de sentipensar, a partir de Fals Borda (2015 [1998]) o qual significa a união entre mente e coração, razão e emoção, de modo equilibrado, reforçando relações horizontais e respeitadas, nos processos de pesquisa e ação, em que se busca construir relações sujeito-sujeito, em movimentos participativos e solidários, voltados para a transformação social.

No livro “Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável”, publicado em 2005, ligado ao Programa Nacional de Educação Ambiental, Brandão nos convida a fazer esse exercício sentipensante, em que trabalha conceitos importantes que fundamentam a produção de conhecimentos, de forma didática e contextualizada, por meio da pesquisa-participante.

Pesquisa-participante e produção de conhecimentos

O objetivo dessa seção é dialogarmos sobre aproximações e diferenças entre as compreensões acerca da pesquisa-participante, entre Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda. No livro intitulado “Investigación participativa” de organização dos mesmos, publicado em 1991 [1986], no Uruguai, os autores apresentam suas leituras acerca da pesquisa participante e investigação-ação-participativa, produção de conhecimento, ciência popular e compromisso.

Nesse livro, ficam evidentes diferenças de compreensão acerca de tais temas, mas estas ‘diferenças’ são a tensão necessária para a produção de conhecimentos voltados para os grupos de base, bem como não se caracterizam como leituras e reflexões antagônicas, mas sim análises e práxis contextualizadas com as realidades de cada autor/pesquisador/militante (Fals Borda e Brandão, 1991 [1986]), na direção da valorização de outras racionalidades e experiências de investigação.

Acerca disso, podemos destacar alguns pontos observados, tendo em vista que, para ambos os autores a práxis está no centro do processo de investigação. No entanto, para Fals Borda, a construção da ciência popular a partir dos saberes populares, está alinhada ao movimento de descolonização acadêmica, bem como, a IAP (Investigação-Ação-Participativa) é a metodologia que possibilita sistematizar cientificamente, o saber popular – inscrevendo-se também como uma epistemologia alternativa - voltada e por meio da organização e do poder popular (Cetrulo, 1991 [1986]).

Para Brandão (Cetrulo, 1991 [1986]), é a ciência popular (defendida por Fals Borda) que marca esse ponto de diferença e tensão. Segundo Cetrullo (1991 [1986]), Brandão reafirma a importância da ciência acadêmica, exigindo da pesquisa-participante o rigor científico, bem como a responsabilidade do cientista social. Nesse sentido, Brandão não entende o conhecimento popular – ciência popular- como um novo paradigma “[...] o que define o caráter do ‘popular’ da ciência não é quem a realiza, mas a que interesses serve” (Cetrulo, 1991 [1986]), p. 52, grifos no original). No entanto, esse ponto de tensão, leva a um aspecto importante para ambos os autores, no sentido que os aproxima na direção da produção de conhecimentos com compromisso político.

Nesse sentido, podemos observar, conforme destaca Cetrullo (1991 [1986]) o caráter contextualizado das investigações realizadas pelos mesmos autores, tanto na dimensão comunitária e regional, quanto no respeito aos seus processos acadêmicos de formação. Pois, entre os pontos de convergência, tem-se o valor da ciência acadêmica no processo de organização social, proposto por ambos os autores. Bem como, mesmo não entendendo da mesma forma o movimento de ‘fazer ciência’ (para Borda e Brandão), ligado às suas formações acadêmicas – sociólogo e antropólogo - a compreensão acerca do compromisso social, pode ser interpretada como um ponto de convergência, em favor da produção de conhecimentos contextualizados (Cetrulo, 1991 [1986]).

Para Fals Borda o compromisso está voltado em colaborar na construção do poder popular, enquanto objetivo do/a investigador/a e para Brandão, a transformação social acontece por meio do valor dado pelo/a investigador/a, aos projetos políticos que assume em favor das classes populares (Cetrulo, 1991 [1986]). Essa leitura, nos leva a entender que mesmo de pontos de vista diferentes, ambos os autores buscam caminhos comprometidos com a transformação social, em favor das classes populares ou grupos de

base, defendendo seus valores e princípios epistemológicos e ontológicos, sem inscrever-se em um quadro de disputas ou antagonismos.

Nessa direção, Fals Borda (1978, 1991 [1986]) elenca alguns aspectos característicos da pesquisa-ação-participativa, entendendo-a como um caminho para a transformação social, política e cultural, ligado ao trabalho junto as classes populares, sendo construído por meio da relação sujeito-sujeito, do ritmo de reflexão-ação, do compromisso político e da comunicação sistemática, sendo este um ponto fundamental da IAP, no movimento de organização e educação popular.

Essa compreensão volta-se para a produção de conhecimentos, a partir da inserção social, considerando a dimensão teleológica dos saberes, o que implica em transformação da sociedade, na direção da autonomia, da auto-organização, no autorreconhecimento e na educação popular (Fals Borda, 1991 [1986]). Outrossim, busca a construção de uma ciência popular ‘*desde abajo*’, sem ser populista, mas com rigor científico e valorizando outras racionalidades.

Fals Borda (1991 [1986]) defende a valorização de racionalidade ‘próprias’ e a construção de uma ciência ‘própria’, para e na América Latina, considerando e valorizando as experiências cotidianas dos grupos populares.

É evidente que também na ciência popular existem explicações sobre causa e efeito, a sistematizações de fenômenos, classificações de casos, observações e a inferência, tudo isso que, segundo a ciência, são a base da interpretação e ações corretas (Fals Borda e Brandão, 1991 [1986], p. 21).

Nesse sentido, trata-se de outras racionalidades ou racionalidades ‘próprias’ que se inscrevem a partir de dentro dos grupos populares, tecendo espaços de sistematizações rigorosas por meio da IAP, no qual o objetivo é produzir conhecimentos que estejam em equilíbrio entre saberes científico (moderno-cartesianos) e saberes populares, sem desprender-se do rigor da responsabilidade científica, formativa e informativa, em que “[...] o que o diferencia de todos os demais, é a forma coletiva em que se produz o conhecimento, e a coletivização desse mesmo conhecimento” (Fals Borda e Brandão, 1991 [1986], p. 25), configurado no ritmo de reflexão-ação-reflexão e na comunicação sistemática.

Na mesma direção, porém com alguns pontos de divergência, Brandão (2006 [1981], p. 9) entende a pesquisa-participante num movimento de “[...] práticas políticas de compromisso popular, o seu modo e o sentido de habitar”, o mundo, a comunidade, o

lugar, o território. Bem como, um processo que envolve “[...] muito mais experiências em processo do que teorias consagradas”; com o objetivo de coproduzir conhecimentos voltados para as realidades sociais, a partir dos contextos sociais e/ou comunitários, considerando as interrelações sociedade-natureza.

Para o autor a pesquisa-participante é um lugar de encontro, entre pesquisadores e pesquisados, numa relação entre sujeitos e suas realidades, com objetivo de compartilhar experiências, em torno de um trabalho comum, mesmo que exercendo funções e vivendo situações diferentes, todos/as busquem contribuir para a ‘reconquista popular’. Em que, a participação “[...] determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir” (Brandão (2006 [1981], p.12), possibilitando a coprodução de conhecimentos contextualizados.

Entende-se, dessa forma que a participação vai além de conhecer a cultura dos grupos populares. Para Freire (2006 [1981]) a participação situa-se no movimento de libertação por meio do processo educativo, em que o sujeito vai tomando consciência crítica e situada de sua realidade. Assim, “[...] a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta” (Freire, 2006 [1981], p. 35), configurando um movimento dialógico e respeitoso de ensinar-aprender e reaprender de forma contínua.

Cria-se nesse processo um movimento de educar e educar-se com os grupos populares, de forma dinâmica e contínua, a partir da realidade social, portanto, contextualizada com o lugar. Esse movimento se faz a partir do saber como prática de liberdade, que acontece por meio do diálogo, entre pesquisadores/profissionais e demais sujeitos, numa dimensão de trocas de saberes, que elevam os grupos populares, criando as condições para a produção de conhecimentos conjuntos. Dessa forma, busca-se uma reflexão crítica e política das condições sociais, em que os sujeitos estão inseridos, considerando suas interpretações de mundo, voltando-se para as relações que os constitui social-cultural-ambientalmente (Freire, 2006 [1981]).

Nesse contexto, a produção de conhecimentos exige relações, diálogos e experiências da vida prática, portanto com sujeitos e lugares em interrelações entre si e com a natureza. Desse modo, entende-se que a escala em que se pesquisa, age e participa

é de suma importância, para a produção de conhecimento contextualizados e com sentido social e político comprometido com as classes populares.

O que se caracteriza – historicamente na América Latina – como “[...] Qualidades que a ciência oficial ignora ou examina de longe, sob grandes rótulos” (Brandão, 2006 [1981], p. 13), mas que dentro da pesquisa-participante, são aspectos e compromissos necessários/fundamentais ao cientista, que se insere socialmente e precisa conhecer e valorizar, como ponto de partida e reflexão, no processo de investigação.

Nesse caminho, a compreensão da escala geográfica do lugar, perpassa a condição de habitar, de fazer parte de uma comunidade, de escolher e participar (ativamente ou não) dos processos socioambientais que coexistem e dinamizam a vida social dos sujeitos. Esse movimento é espaço-temporalmente percebido a partir do sentimento de pertencimento e do situar-se e identificar-se com o ‘lugar’, “[...] nós usamos esta ou aquela escala geográfica para dizermos a nós mesmos e a outras pessoas quem somos, de onde somos, para onde fomos, de onde viemos e onde vivemos” (Brandão, 2005, p. 16). O que sugere considerar as diferentes dimensões do real, desde a percepção de uma casa até a dimensão de uma cidade ou continente.

Ou ainda, a compreensão do lugar perpassa sentidos e valores que são atribuídos pelos sujeitos, podendo ser semelhantes ou diferentes entre os grupos, conformando processos de proximidade e identidade ou afastamentos, usos e apropriações que resultam em diferentes processos de produção dos territórios e dos lugares (Escobar, 2015). Para Brandão (2005), os distintos grupos sociais, dão sentidos e significados diferentes a partir de seus modos de vida e percepções do meio social e ambiental.

Para nós, pessoas de nações do “Mundo Ocidental”, o que importa são os nomes e os símbolos de um bairro, de uma cidade, de um estado e de um país. Para povos antigos talvez valha bem mais o nome de uma aldeia ou o nome de um rio. Para os povos indígenas certamente o sol e o céu, o rio e a montanha valem bem mais do que placas, ruas e nomes nas cidades” (Brandão, 2005, p. 16).

Essa leitura, considera a história vivida pelos sujeitos, bem como a cultura e suas relações socioambientais, pois são atribuídos aos lugares “[...] diferentes sentimentos, saberes e significados, de acordo com a maneira como os vivenciamos com os nossos sentidos, a nossa mente e as nossas sensibilidades” (Brandão, 2005, p. 17). Assim, pensar o lugar está relacionado com a experiência vivida no movimento dinâmico da vida, em

que o tempo é compreendido a partir da diversidade de percepções, rompendo com a linearidade (Brandão, 2005).

Conforme Escobar (2015) a produção social, situada nos territórios e principalmente nos lugares, revela processos de desapropriação de ‘mundos completos’, silenciados pela lógica moderno/colonial. Esse movimento ocorre, por meio de “[...] operações epistemológicas relacionadas com o saber, com o tempo, com a produtividade e com as formas de pensar sobre as escalas e as diferenças” (Escobar, 2015, p. 15). E os questionamentos e tensionamentos sobre a lógica universal da ciência moderna, possibilita outras formas de produção de conhecimentos, situados nos lugares e contextualizados com as percepções socioambientais e culturais dos sujeitos.

Nesse contexto, quando pensamos o mundo a nossa volta, estamos “[...] pensando no nosso mundo e nossos pensamentos e ações nele” (Brandão, 2005, p. 30), assim, atribuímos simbolicamente às nossas ações sentidos, sensibilidades, significados e saberes ao longo da história, bem como o fazemos com os lugares, nas comunidades onde vivemos e por onde passamos, e experienciamos ao longo da vida. Segundo Escobar (2015), esse movimento configura experiências relacionais e ontológicas centradas nos sujeitos e nos lugares, portanto só existem porque estão em relação. Sendo histórico, relacional, ontológico e localizado, tais experiências possibilitam a coprodução de saberes, fazeres, tipos diversos de comunicação e cosmologias que se situam no pluriverso.

Essa compreensão conduz a importância da comunidade, enquanto lugar de vida, de trocas e de sentipensar as relações socioambientais, em que a mesma se faz a partir da população, do território e da cultura, estando no caso brasileiro e latino-americano situada na fronteira (Brandão e Borges, 2014). As ‘comunidades tradicionais’, conceito bastante discutido por Brandão ao longo de sua obra, nos ajuda a pensar a produção de conhecimentos, enquanto movimento que se configura a partir das fissuras, nas fronteiras.

Nesse contexto, para melhor entender o sentido e o significado da comunidade, Brandão e Borges (2014, p. 2) evidenciam alguns aspectos – aqui trazidos de modo geral - que caracterizam uma comunidade (para o autor de forma especial a comunidade tradicional); dentre tais aspectos estão: i- lugar de vida; ii- lugar social construído a partir da apropriação e transformação da natureza; iii- lugar de escolha e também de enraizamento; iv- lugar que contém cultura, história, memória, identidade, redes e processos de resistência. É a comunidade e suas múltiplas formas de ser e estar nos

lugares, que tecem as bases de resistências históricas – da e na América Latina- enquanto sentidos, significados, modos de vida e saberes-fazer socioambientais que contrariam (na maioria dos casos), os modos de produção do capital e a lógica moderna de desenvolvimento.

A comunidade pode ser entendida como um lugar humano, “[...] É aquilo que se cria em um espaço-de-vida quando ali se vive, quando ali se chega ou quando para ali se vai de maneira imposta e arbitrária” (Brandão e Borges, 2014, p. 3). Representa material e imaterialmente o viver na fronteira, enquanto sujeito que luta e resiste historicamente as pressões do capital. Cabe destacar que essa compreensão, volta-se para os grupos populares, para os sujeitos de base, enquanto movimento de crítica e fortalecimento da resistência popular e da consciência de classe.

Nessa leitura do lugar e da comunidade, podemos entender a pesquisa-participante como caminho de produção de conhecimentos, que estejam a favor das pessoas, das comunidades, enquanto ‘ponte’ que aproxima pesquisadores (universidades) dos grupos populares e das comunidades. Num movimento, que busca o equilíbrio entre os saberes acadêmicos e populares, em que “[...] se trate de criar as condições sociais para que as gentes do povo tenham acesso a todas as ciências em todos os níveis e, a partir daí, possam participar determinadamente da produção do saber” (Fals Borda e Brandão, 1991 [1986], p. 36), num movimento de tensionamento da ciência moderna.

A produção do conhecimento passa pelas dimensões sociais, culturais, e principalmente pelos grupos populares, valorizando sensibilidades de mundo dos sujeitos, bem como suas condições e modos de vida, saberes e fazeres socioambientais que dinamizam as territorialidades locais. Pois, entende-se que o conhecimento [...] saído da prática política que torna possível e proveitoso o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, por exemplo, seja um instrumento a mais no reforço do poder do povo” (Brandão, 2006 [1981], p.10), na direção da tomada de consciência política, de classe e de lugar.

Esse movimento de tensionamento da ciência moderna, pode ser entendido como um processo de tomada de consciência acerca do saber, considerando que ‘o saber tem classe’, e se insere numa hierarquia tecida por dominadores e dominados (Fals Borda e Brandão, 1991 [1986]). E tendo classe, o saber historicamente tem sido instrumento da colonialidade, assim, o pensamento popular, seus saberes e fazeres socioambientais, se

colocam em oposição epistemológica e cientificamente contrários à ciência moderna (Fals Borda e Brandão, 1991 [1986]).

Essa compreensão não despreza as contribuições da ciência moderna, nem o valor da mesma, frente à construção do conhecimento, o que se busca é “[...] democratizar o saber que se produz na universidade, comprometendo-o com a causa popular” (Fals Borda e Brandão, 1991 [1986], p. 38). Na direção da coprodução de conhecimentos contextualizados, voltados para a resolução de problemas sociais, ambientais e econômicos.

De acordo com Walsh (2007), essa compreensão pode contribuir para a produção de conhecimentos, a partir do lugar, dos sujeitos e seus modos de vida, na contramão da lógica moderno/colonial, tecendo epistemologias ‘outras’, configuradas em diálogos de saberes e fazeres contextualizados e com pertencimento. Esse movimento possibilita sentipensar formas pluriversais de vida, produção de conhecimentos e interrelações com a natureza, conectando culturas, naturezas, cosmologias, racionalidades e percepções da realidade (Leff, 2009).

O pluriverso, nesse sentido pode contribuir para a tessitura de encontros de saberes, lugares, subjetividades e experiências, marcadas pela diferença, num movimento respeitoso, voltado para a conexão e interrelacionalidade entre seres-saberes-naturezas-culturas em equilíbrio e respeito (Walsh, 2007; Boacik; Rubin-Oliveira; Corona, 2020). Assim, para Castro-Gomes (2015), o diálogo de saberes é a possibilidade de convivência entre diferentes formas culturais em um mesmo espaço, num movimento de coexistência respeitosa, humilde e solidaria. Esse movimento parte do local, das territorialidades cotidianas, dos saberes e fazeres socioambientais enraizados e das identidades, podendo contribuir para experiências sentipensantes, dialógicas e participativas.

Freire (2018 [1968]), corroborando com essa leitura, destaca que o conhecimento exige curiosidade, presença, e ação transformadora em relação à realidade e ao mundo, bem como a constante busca pelo saber, num movimento ‘invenção e reinvenção’, bem como reflexão crítica, sobre o saber e a produção do mesmo, buscando entender o ‘como’, sobre a produção de conhecimentos e seus desdobramentos sobre a vida.

Nesse caminho, algumas questões acerca da produção de conhecimentos, foram se tornando centrais, no contexto da pesquisa-participante para Brandão e da IAP para Fals Borda, como: “[...] a quem [o investigador/a] serve com teu saber, qual é teu lugar na universidade, com teus estudos e com tuas investigações” (Fals Borda e Brandão, 1991

[1986], p. 43). Essa compreensão, volta-se para os sentidos políticos, simbólicos e culturais, que influenciam a produção dos saberes e conhecimentos. Ou ainda, questionamentos mais profundos e ligado ao fazer ciência;

[...] para que serve o conhecimento social que minha ciência acumula com a participação do meu trabalho? Para quem, afinal? Para que usos e em nome de quem, de que poderes sobre mim e sobre aqueles a respeito *de quem, o que eu* conheço, diz alguma coisa? (Brandão, 2006 [1981], p. 10 - grifos no original).

Esses questionamentos caracterizam pontos de tensão no contexto da pesquisa-participante, no seu movimento de fazer ciência com compromisso político e social. Pois, exige rigorosidade científica, inserção social e diálogo constante, numa relação sujeito-sujeito, com respeito as diferenças.

A participação configura-se como um caminho de aproximação e de fortalecimento da comunicação entre os grupos populares e os investigadores, tornando-se um instrumento de poder, em favor da causa popular (Brandão, 2006 [1981]). Assim, quando se entende o potencial de ação-reflexão, da união entre comunicação e participação, possibilita-se a tessitura de relações e experiências voltadas para a resolução de problemas sociais.

Para Freire (2018 [1968]), a comunicação exige reciprocidade, num movimento de escuta atenta e respeitosa dos sujeitos. O que implica na tecitura de diálogos que contem a relação ‘compreensão, inteligibilidade e comunicação’ ocorrendo simultaneamente, de modo que, se entenda que a “[...] educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 2018 [1968]), p. 89); a partir de um acordo conjunto de signos e significados dos objetos e situações que envolvem o ato de comunicar-se (Freire, 2018 [1968]).

Nesse contexto, concordando com Brandão (2006 [1981]) e Freire (2018 [1968]) o conhecimento e tomada de consciência, pelos sujeitos da própria realidade, são fundamentais para que esses mesmos sujeitos possam, reescrever a história, a partir de suas experiências, num movimento dialógico e participativo, em que se possa “[...] ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que server. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos educativos científicos que foram sempre negados ao povo” (Brandão,

2006 [1981], p.11). Assim, o que se busca é a autonomia decisória e o fortalecimento das resistências cotidianas.

O que exige, a configuração de uma comunicação que “[...] que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação *pensamento-linguagem-contexto ou realidade*” (Freire, 2018 [1968]), p. 91- grifos no original). Esse movimento implica a construção de conhecimentos contextualizados e voltados para a autonomia e a auto-organização popular. Desse modo, a postura do pesquisador participante, condiciona o sujeito à outras práticas, em que este se torna “[...] *o sujeito*, tanto do *ato de conhecer* de que tem sido o *objeto*, quanto *do trabalho de transformar* o conhecimento e o mundo que os transforma em objetos” (Brandão, 2006 [1981], p.11- grifos no original); reforçando a importância da relação sujeito-sujeito, no movimento participativo de fazer ciências, com compromisso político.

Assim, a boa comunicação precisa estar livre de convicções únicas e voltadas para verdades absolutas. O que exige aspectos humanistas, ligadas ao concreto e ao científico, buscando superar manipulações de qualquer natureza e visões de mundo e de pessoa ‘ideal’, bem como deve estar amparada na realidade social, tecendo as bases para o desenvolvimento de práxis – de ação e reflexão – solidárias, que iluminam a busca pelo saber, pelos distintos sujeitos (Freire, 2018 [1968]).

[...] Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar*, mas é *escutando* que aprendemos a *falar com eles*. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele*, mesmo que, em certas condições, precise falar *a ele*” (Freire, 2011 [1996], p. 111).

Segundo Freire (2011 [1996]) a ‘disponibilidade’ torna-se indispensável no movimento democrático de dialogar com as pessoas, entendendo-os nos seus contextos sócio-culturais-econômicos. Assim, as relações são dialógicas e respeitadas, em que ensinar também é aprender em coletivo, ‘falando com’, sem desprender-se da cientificidade e da práxis de ação. Nesse sentido, os saberes da comunidade, segundo Brandão (2006, p.16) “[...] torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual”, configurados em práticas sociais, distantes dos mecanismos da ciência moderna, mas com potencial de contribuição e de ação educativa popular, voltadas para a solidariedade e comunicação entre os grupos que ocupam as

fronteiras – ‘classes populares ou das comunidades sem classes’- que resistem por meio de suas cotidianidades (Brandão, 2006).

Nesse movimento de práxis que parte das cotidianidades, enquanto espaço de saberes e produção de conhecimentos, como pode ser entendida a relação sociedade-natureza? Podemos pensar relações ambientais ‘outras’? como coproduzir conhecimentos socioambientais com os sujeitos? Essas são perguntas, que emergem no contexto de tensionamento à ciência moderna, a partir das fronteiras, e que não buscamos e não podemos responder neste texto, mas que abrem espaços de diálogos e reflexões, sobre nossas sensibilidades de mundo e natureza, bem como para as experiências pluriversais, que coexistem nas fronteiras.

Para Escobar (2003), a existência de um pensamento ambiental latino-americano, acontece principalmente por meio das lutas populares – indígenas, camponeses, grupos subalternos – que resistem na dimensão das territorialidades cotidianas, por meio de múltiplas formas de vida. Em que, no respeito às singularidades locais e dos sujeitos, configuram-se pensamentos e ações de reconstrução de territórios e lugares mais sustentáveis (Escobar, 2003). Assim, concordando com Brandão (2005), podemos socializar a natureza, sentipensando nossas ações sobre o meio natural, num movimento que o transforma, mas também o integra, entendendo nossa condição de natureza e a existência de mundos culturais diversos que coexistem.

Nesse contexto, Escobar (2003) esclarece que não podemos pensar somente a partir da dimensão econômica, pois nos lugares não existem apenas relações capitalistas, pelo contrário, coexistem diferentes economias e interrelações que interpretam e ressignificam o econômico, muito mais ligado aos laços culturais e identitários-solidários. Nesse sentido, concordando com Brandão (2005) as experiências cotidianas, ligam-se por meio da convivência entre o social e o natural, permeado por nomes, valores, símbolos e significados, tecidos por ações humanas sobre a natureza, bem como somos influenciados por ela.

Para Brandão (2005) a relação sociedade-natureza, perpassa a socialização da natureza, enquanto meio de transformação cultural, que acontece de forma contínua, num ritmo de coexistências que configuram os usos e as lógicas de produção, bem como formas de preservação e dependência. Ou ainda, a “[...] socialização da Natureza é também o processo por meio do qual continuamente estamos transformando espaços

naturais, como uma beira de praia, uma ilha, um grande rio, um deserto ou uma floresta, em lugares sociais”. (Brandão, 2005, p. 31). Ao mesmo tempo, que se faz necessário pensar esses processos de forma consciente responsável ambientalmente.

Para Brandão (2005) o trabalho humano é uma das formas de socializar a natureza, no entanto este mesmo trabalho, possui desdobramentos diversos sobre o meio natural, podendo ser agressivo e violento ou de modo responsável. No entanto, diante dos problemas ambientais que a sociedade moderna vem enfrentando, fica evidente a importância de outras racionalidades e sensibilidades sobre a natureza, as relações estabelecidas e os modos de produção associados a ela, de modo que a tomada de consciência leva a emergência de outras relações mais harmoniosas entre sociedade-natureza e cultura-ambiente (Brandão, 2005).

Nesse contexto, a produção de conhecimentos socioambientais está ligada às experiências dos sujeitos, no sentido de habitar – de reconhecer seus corpos nos lugares –, sentipensando os atravessamentos político-social-culturais, que aí coexistem. Nesse sentido, para Leff (2011; 2021) a educação ambiental precisa estar voltada para as classes populares, numa perspectiva holística e integrada à realidade, buscando promover ações preocupadas com a humanização e a preservação ambiental.

Nessa direção, a produção de conhecimentos socioambientais, envolve saberes e fazeres dos sujeitos, estando estes ligados ao lugar, a política e a cultura, podendo estes ser perpassados pela diversidade de pensamentos e sensibilidades, materializadas e corporificadas por meio de práticas, tecnologias, saberes, diálogos e interações com a natureza e com meio social, onde se vive (Floriani, 2009). Esse movimento exige diálogo com a diferença, podendo assim, contribuir com a produção de conhecimentos contextualizados, especialmente quando considerados os lugares de fronteira, que historicamente tem sido silenciado e subalternizado, mas que abrigam a coexistência de ritmos e modos de vida que envolvem tanto à lógica moderna quanto modos de vida ‘outros’ de resistência (Floriani e Vergara, 2015).

Essa leitura, volta-se para relações socioambientais a partir da compreensão do ser com a natureza, enquanto um ser pluriversal, vivendo com e fazendo parte do todo. Portanto, somos todos/as corresponsáveis pela relação sociedade-natureza, bem como pelos desdobramentos e ações que produzimos sobre o meio ambiente que habitamos

(Brandão, 2005). Dessa forma, estamos em comunidade, enquanto seres que criam, vivem e pertencem, em relação ao coletivo, ao lugar, ao subjetivo e ao comum.

Ao partilhar coletivamente bens comuns, patrimônio natural, cultural e social, configuramos as bases da corresponsabilidade – conscientemente ativa ou não - sobre os lugares que habitamos, produzimos e conhecemos, assim “[...] somos os gestores das frações de natureza e de cultura dos mundos próximos que nos tocam não só para conviver e “curtir”, mas também para recriar, cuidar e preservar” (Brandão, 2005, p. 51). O que exige abertura para aprender e reaprender com o ‘outro’ e coragem para valorizar o cotidiano que nos une e nos toca, enquanto sujeitos sentipensantes que habitam o lugar e coexistem com a natureza.

Dessa forma, estando aberto na direção do ‘outro’, que também sou, pode-se buscar coletivamente formas de criar, aprender e construir de modo dialógico, solidário, participativo e partilhado, saberes e fazeres que instrumentalizam conhecimentos contextualizados, voltados para as pessoas e suas demandas e problemas locais. Pois, assim podemos partilhar tanto a alegria da vida, quanto o trabalho solidário, que possibilita vivências e experiências humanas mais harmoniosas e felizes (Brandão, 2005), bem como construções socioambientais mais ecológicas, justas e solidárias, capazes de ressignificar histórias locais.

Esse movimento, exige aprender sobre lutas históricas, geopolíticas do poder, desdobramentos culturais (dessas lutas), saberes tradicionais, saberes acadêmicos (hegemônicos), noções de desenvolvimento sustentável, bem como o dinamismo das territorialidades, dos lugares, das comunidades, dos fazeres fronteiriços, tensionamentos, disputas, cooperações e diálogos de saberes. Para então, buscar construir relações e conhecimentos socioambientais orientados para “[...] repensar, re-conhecer e reaprender as condições de vida, a organização ecológica da vida no planeta e as condições da existência humana” (Leff, 2013, p.18), buscando ressignificar a racionalidade ambiental, a partir de cotidianidades e de realidades sociais de cada lugar, de cada comunidade, buscando sentipensar os processos de interação sociedade-natureza.

A coprodução de conhecimentos socioambientais, pode contribuir para nossos sentidos e significados da natureza, do social e da cultura, enquanto caminho de “[...] ação com valores não mercantis e para fins não materiais nem utilitários” (Leff, 2011, p. 319); potencializando formas ‘outras’ de sentir e agir na e com a natureza. Esse movimento,

portanto, volta-se para sentimentos comunitários, solidários e participativos, que possibilitam a sustentabilidade da vida, enquanto existência e resistência cotidiana, valorizando saberes e fazeres dos sujeitos, sensibilidade de mundo e modos de vida.

A sustentabilidade da vida, pode ser entendida a partir do encontro de sujeitos constituídos de saberes, culturas e identidades, localizados na contramão da lógica capitalista, repensando e tensionando modos e interrelações com a natureza, ao mesmo tempo, que possibilita diálogos de saberes que dão sentido e base para saberes ambientais contextualizados e preocupados com a vida, em sua pluriversidade sentipensando futuros comuns (Leff, 2004).

Para Floriani e Vergara (2005) a coprodução de conhecimentos socioambientais vem ao encontro de uma nova racionalidade ambiental, que seja proativa e ligada aos saberes culturais – dos povos originários e das comunidades tradicionais - possibilitando e fortalecendo diálogos de saberes, bem como a coexistência e a complementariedade de distintas formas de produzir ciência e conhecimentos, orientadas pela diversidade e pela criatividade.

Desse modo, compreendemos que a pesquisa participante proposta por Brandão e a Investigação-Ação-Participativa de Fals Borda, são metodologias que podem contribuir para a coprodução de conhecimentos socioambientais, pois possibilitam aproximar a universidade de grupos populares, com compromisso político e com abertura para a promoção de mudanças sociais por meio da autonomia e da educação popular. Entretanto, ambas são metodologias que exigem de pesquisadores/as muito mais do que habilidades técnico-científicas, a exigência aqui é a capacidade de querer sentipensar saberes, lugares e sujeitos.

Considerações finais

Sentipensar é sempre um convite para reflexões críticas e conscientes acerca dos temas e questionamentos que orientam nossas pesquisas e ação no mundo. Ao mesmo tempo, realizar esse exercício de análise e reflexão sobre/com algumas contribuições da pesquisa participante com foco nas questões socioambientais, mostrou-se desafiador ao tentarmos aproximar Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda.

Nossa reflexão buscou perceber pontos de contribuição entre ambos, no sentido de construir um diálogo de saberes, respeitando suas leituras e interpretações acerca da produção do conhecimento, da ciência popular, da investigação participativa, do compromisso político, da inserção social e da comunicação. Pois, aqui o que se tornou valioso, foi refletir o que de mais importante e contributivo os autores podem trazer para nossas pesquisas.

Nesse sentido, cabe destacar que o ponto que mais os aproxima é produção de conhecimentos contextualizados, valorizando e respeitando espaço-temporalmente os sujeitos e as condições sociais, culturais e intelectuais de cada grupo popular envolvido. Assim, cabe a nós – pesquisadores participantes e adeptos da práxis de pesquisa/ação – perceber o que cada autor inspira e contribui para nossos tempos, ritmos e pesquisas. Pois, cabe a nós a responsabilidade de ter compromisso político e sentipensar formas de inserção social, comunicação e produção de conhecimentos, que possam contribuir para e com os sujeitos envolvidos.

Desse modo, a produção de conhecimentos socioambientais por meio da pesquisa participante ou da IAP, exige posturas comprometidas e flexíveis, o que significa que a rigorosidade científica é um ponto de partida, bem como relações dialógicas sujeito-sujeito são fundamentais. Com isso, parte do processo se insere na resignificação da relação sociedade-natureza, a partir das relações comunitárias e dos saberes e fazeres dos sujeitos, bem como, pela valorização e reconhecimento das coexistências cotidianas materializadas nas territorialidades locais. Assim, seguimos aprendendo com debates acerca da participação e da ação junto e com grupos populares, buscando nas experiências metodológicas – de Brandão e Fals Borda - construir investigações sentipensando com sujeitos, na relação sociedade e natureza para a sustentabilidade da vida.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

BOACIK, Daniela, RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; CORONA, Hieda M. P. Pluriverso e Interculturalidade: Uma Construção de Diálogos além das Fronteiras. **Revista Integración Y Conocimiento**, v. 9, n. 2, 2020, p. 190- 208.

BRANDÃO, Carlos R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável, Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, Carlos R. (org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1981], p. 9 – 16.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos R.; BORGES, Maristela C. O Lugar da Vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, 2014, p. 1-23.

DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT91827067>

CASTRO-GOMES, Santiago. Descolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: PALERMO, Zulma et al (comp). **Des/decolonizar la universidad**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015, p. 69- 84.

CETRULO, Ricardo. Comentário. In: FALS BORDA, O.; BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participativa**, Instituto del Hombre-Ediciones de la banda oriental SRL. Montevideo, 1991 [1986], p. 49-64.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigacion modernidad/colonialidad latino americano. **Tabula Rasa**, (1), 2003, p. 51-86.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n.35, 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.43541.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. **Simposio Mundial de Cartagena**, v. 1, Bogotá, Punta de Lanza – Universidad de Los Andes, 1978, p. 209-249.

FALS BORDA, O.; BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participativa**, Instituto del Hombre-Ediciones de la banda oriental SRL. Montevideo, 1991 [1986].

FALS BORDA, Orlando. Experiencias teórico-prácticas. In: **Una sociología sentipensante para América Latina**. Cidade do México: Siglo veintiuno, Clacso, 2015 [1998], p. 303-366.

FLORIANI, Dimas. Por uma epistemologia da diversidade. **ResearchGate**, janeiro, 2009.

FLORIANI, Dimas; VERGARA, Nelson. Hacia un pensamiento socioambiental: aproximaciones epistemológicas y sociológicas. **Revista Desenv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 11-27, 2015.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer a melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos R. (org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1981], p. 34 -40.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011 [1996].

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2018 [1968]).

LEFF, Enrique. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes Significancia y sentido en la construcción de un futuro sustentable. **Polis [En línea]**, N.7, 2004, p. 1-35.
URL: <http://journals.openedition.org/polis/6232>.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Revista Educação & Realidade**, v. 34, 2009, p. 17-24.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Revista Olhar de Professor**, v. 12, n. 2, 2011, p. 309-335.
DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.14i2.0007>

LEFF, Enrique. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, 2013, p. 11-20.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução: Jorge Calvimonte. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.7476/9788526815414>

WALSH, Catherine. ? Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. Colombia: **Nómadas**, n. 26, 2007, p. 102-113.

Recebido em 13/10/2023.

Aceito para publicação em 20/02/2024.